

Deputados e agentes debatem implantação de usinas do Rio Madeira

Comissão da Amazônia realizará nova audiência no dia 16 de maio para debater as potencialidades de negócios na região

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Expansão

09/05/2006

A implantação de projetos estruturantes como base da expansão energética nacional continua abrindo espaço para debates entre os principais agentes envolvidos. Deputados federais entraram em cena com a realização, nesta terça-feira, 9 de maio, de uma audiência pública sobre a implantação do complexo hidrelétrico do Rio Madeira (RO, 6.450 MW). Participaram do evento, entre outros, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e o diretor-presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales**, entre outros. No próximo dia 16 de maio, a Comissão da Amazônia realizará nova audiência para debater as potencialidades de negócios na região.

Na audiência pública, promovida pelas comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Minas e Energia, o deputado Eduardo Valverde (PT-RO), defendeu a implementação do empreendimento, que tem previsão de investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões. Para o parlamentar, um dos autores do pedido de audiência pública, o empreendimento é importante para o desenvolvimento da região, ainda que o país tenha que pagar um pouco mais caro pela energia, segundo informou a Agência Câmara.

No entanto, Valverde alegou que o projeto ainda apresenta dúvidas, não sanadas na audiência, como a viabilidade financeira. Na avaliação do deputado, é necessário esclarecer quanto custará o projeto para o governo e os benefícios que vai gerar para o país. Outro parlamentar autor do pedido de audiência, deputado Miguel de Souza (PL-RO), salientou os reflexos da obra na integração de infra-estrutura energética e de transportes entre Brasil, Bolívia e Peru, além da possibilidade de interligação elétrica dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso.

Já o secretário Márcio Zimmermann destacou que o país precisa investir na diversificação da matriz energética, como forma de garantir a oferta de energia. Segundo ele, a energia produzida apenas por hidrelétricas não atende à demanda do mercado. O Plano Decenal da Expansão de Energia Elétrica indica a necessidade de adição média de 3 mil MW por ano até 2015.

Já Claudio Sales, da CBIEE, chamou a atenção para os custos adicionais demandados com a usina. Segundo ele, as estimativas iniciais dos custos de transmissão - envolvendo a conexão entre as usinas e a rede e os reforços na malha atual - indicam valor da ordem de R\$ 10 bilhões, além dos R\$ 20 bilhões previstos para a construção do empreendimento. O executivo sugeriu a alocação ao custo total do projeto, o que promoverá competição eficiente com outros projetos, na visão de Sales. Ainda de acordo com ele, as usinas do Rio Madeira - Santo Antônio e Jirau - não deveriam ser negociadas em leilão exclusivo, mas junto com outros empreendimentos de menor porte.

O executivo também ressaltou a existência de riscos ambientais embutidos no negócio, que giram em torno de fatores como a imprevisibilidade nos processos no tocante à exigências e compensações. A questão foi ressaltada na última semana pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que admitiu um licenciamento difícil para a usina. Para Lula, o licenciamento do complexo hidrelétrico será uma "guerra".